

## **FUNÇÃO MATERNA E FUNÇÃO PATERNA UMA VIVÊNCIA CONTRADITÓRIA: PSICANÁLISE E CULTURA<sup>1</sup>.**

Luara Barreto Coelho<sup>2</sup>  
Regina Coeli Aguiar Castelo Prudente<sup>3</sup>

### **RESUMO:**

Este artigo visou compreender a função materna e a função paterna na perspectiva sociocultural e psicanalítica no intuito de entender as contradições e consequências da vivência destas funções nos sujeitos pai e mãe. Utilizou-se para isto de revisão bibliográfica com uma abordagem qualitativa. Foi identificado que a vivência da maternidade e da paternidade é atravessada por constructos culturais do que seria a função materna e paterna que podem ser conflitantes com o ser mulher e ser homem na contemporaneidade. Sendo a adoção destas funções um exercício de aprendizagem carregado de responsabilidades e exigências por vezes demasiadas e exaustivas. Desta forma, sentimentos contraditórios são inerentes ao exercício da maternidade e da paternidade e podem colocar em risco à saúde destes sujeitos, como a ocorrência de depressão e estresse. É um alerta importante para os estudos das funções materna e paterna que concentram sua maior atenção no desenvolvimento infantil sem considerar, muitas vezes, as dificuldades, riscos e consequências da convocação destas funções na vida dos sujeitos mãe e pai. Faz-se necessário que os psicólogos, sobretudo os da área infantil e familiar, enxerguem e compreendam esses pais para além de suas funções, como mulheres e homens que também o são. Como pais em construção eles descobrem a cada fase dos filhos como ser pais e como lidar com os sentimentos contraditórios que surgem.

Palavras-chave: Função materna. Função paterna. Psicanálise. Vivência da Maternidade. Vivência da Paternidade.

## **FONCTION MATERNELLE ET FONCTION PATERNELLE UNE EXPÉRIENCE CONTRADICTOIRE: PSYCHANALYSE ET CULTURE**

### **RÉSUMÉ:**

Cet article vise à comprendre la fonction maternelle et la fonction paternelle dans la perspective socioculturelle et psychanalytique avec l'intention de comprendre les contradictions et les conséquences de l'expérience de ces fonctions sur les sujets père et mère. Pour ce faire nous avons réalisé une révision bibliographique avec une approche qualitative. Nous avons remarqué que l'expérience de la maternité et de la paternité est traversée par des constructions culturelles concernant les fonctions maternelle et paternelle pouvant être en conflit avec l'être femme et l'être homme dans

<sup>1</sup> Artigo de trabalho de conclusão de curso de Graduação em Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF) na Linha de Pesquisa Desenvolvimento Humano. Recebido em 26/05/19 e aprovado, após reformulações, em 26/06/19.

<sup>2</sup> Discente do curso de graduação em Psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF). E-mail: luarinhabc@hotmail.com

<sup>3</sup> Mestra em Psicologia pelo Centro de ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF) e docente do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CESJF). E-mail: rcacastelo@hotmail.com

la contemporanéité. L'adoption de ces fonctions étant un exercice d'apprentissage chargé de responsabilités et d'exigences parfois trop nombreuses et exhaustives. Ainsi, des sentiments contradictoires sont inhérents à l'exercice de la maternité et de la paternité et présentent des risques à la santé de ces sujets, tels que la survenue de dépression et de stress. C'est une alerte importante pour les études sur les fonctions maternelles et paternelles qui se concentrent sur le développement de l'enfant sans souvent prendre en compte les difficultés, les risques et les conséquences de l'appel de ces fonctions dans la vie du père et de la mère. Il est nécessaire que les psychologues, en particulier ceux des enfants et de la famille, voient et comprennent ces parents au-delà de leurs fonctions, en tant que femmes et hommes qui le sont également, et comment gérer les sentiments contradictoires qui se manifestent.

Mots-clés: Fonction maternelle. Fonction paternelle. Psychanalyse. Expérience de la Maternité. Expérience de la Paternité.

## 1 INTRODUÇÃO

Acreditando que a função materna e a paterna são aprendidas, são culturais, e não inatas e naturais, e que, portanto, despertam sentimentos contraditórios e se dá por um processo de internalização do ser mãe e ser pai, nem sempre favorável ao ser mulher e ser homem, à vida conjugal sadia, aos desejos destes sujeitos. Este artigo teve por objetivo compreender a função paterna e a função materna na perspectiva sociocultural e psicanalítica e quais as contradições e consequências da vivência destas funções nos sujeitos pai e mãe. A adoção da função materna e paterna é aqui abordada como um processo carregado de contradições e angústia, que requer flexibilidade e cuidados quanto a possíveis riscos, como a depressão pós-parto e o estresse, tanto na mãe como no pai. Atualmente muitos pais se queixam que não foram devidamente preparados ou não se sentem capazes de exercer as funções e deveres que lhe cabem, sendo conflituoso e difícil, e em alguns casos, prejudicial à sua saúde tal exercício, pois requer mudanças e sacrifícios significativos. Assim, é importante entender como se dá a adoção destas funções e as consequências no sujeito mãe e pai ao serem convocados à função materna e à função paterna.

O interesse pelo tema surgiu a partir das vivências na clínica de psicologia infantil durante os estágios obrigatórios do curso de psicologia do Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora, bem como a partir da experiência de me tornar mãe, que me alertaram para a importância dos pais no desenvolvimento da criança tendo estes que serem considerados enquanto sujeitos (mulher e homem), não só mãe e pai, e

sendo também importante sua saúde, orientação e prestação de cuidados. Faz-se uma breve revisão bibliográfica, por meio de estudo exploratório, acerca do assunto: concepções, definições e pesquisas recentes. A abordagem é qualitativa.

É uma alerta importante para os estudos da função materna e função paterna que concentram sua maior atenção no desenvolvimento infantil sem considerar, muitas vezes, as dificuldades, riscos e consequências da convocação a estas funções na vida dos sujeitos mãe e pai. Sendo tal convocação feita tanto pela sociedade como regida por lei. Na lei N° 8.069, de 13 de julho de 1990, sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), dentre os deveres da família para a devida efetivação dos direitos da criança e do adolescente estão: o registro do filho; dever de guarda e cuidar; o dever de criar e educar o filho; o dever de sustento e a assistência material e imaterial; e o direito da criança ao afeto.

## **2 ASPECTOS SOCIOCULTURAIS RELATIVOS À MATERNIDADE E A PATERNIDADE**

A maternidade, de acordo com Azevedo e Arrais (2006), é definida por sociólogos e antropólogos como um constructo social que orienta qual o papel da mulher e diferencia do papel do homem, sendo a mãe/mulher a responsável pelos cuidados com os filhos. Ligado a este constructo há uma falsa crença, um mito cultural, da mãe perfeita/ideal, de uma capacidade inata da mulher para a maternidade, que contém um amor incondicional e inato pelos filhos, sendo ela a maior capacitada para os cuidados com os filhos e pelo bem estar físico e emocional da família. No entanto, isto é na verdade um mito cultural, já que a maternidade é, na verdade, uma construção sociocultural, sendo a vivência da maternidade, a maternagem, também uma construção, influenciada pela sociedade e pela cultura a que esta mulher está inserida, e não instintiva e portadora de um amor inato irrestrito. Os autores alegam ainda que é este constructo fantasioso de mãe perfeita, inata, natural que provoca muitas vezes o sofrimento das mães na vivência real da maternagem, ao se depararem com expectativas não correspondidas em relação a este papel dotado de perfeição e sentirem-se incapazes. Isto é ainda hoje bastante replicado nas representações sociais de maternidade, mesmo com todos os questionamentos já existentes acerca desta naturalidade materna.

Corroborando esta idéia, Badinter (1985) acredita que instinto materno é um mito e não existe uma conduta materna universal e necessária. O amor materno é adquirido e não inscrito na natureza feminina. Assim, há várias formas e expressões do amor materno ou mesmo não há. A autora respalda suas afirmações no fato dos cuidados e dedicações maternas à criança não existirem em todas as épocas. O constructo de maternidade é um produto da evolução social, inserido desde o princípio do século XIX. Antes disso o encaminhamento das crianças às amas de leite e a mortalidade infantil eram altas e o afeto e cuidados dos pais para com as crianças era quase inexistente. Somente a partir desta época a mãe passa a ter a obrigação de prover cuidados aos seus filhos, inclusive com grande pressão da igreja, dos médicos e do estado (inclusive para amamentar). A igreja passa a pregar o sacrifício de ser mãe como uma vocação materna obrigatória a toda mulher que a tornava um ser superior aos demais humanos, se assemelhando a Maria. Tal obrigação também deveria ser compartilhada com o pai, mas sendo da mulher o papel principal de cuidar e manter o bem-estar físico e moral, bem como educar. De acordo com a autora, a análise histórica desta evolução social não só comprova que o amor materno pode ou não existir e em diferentes graus e expressões como o próprio conceito do que seria o amor materno e uma boa mãe se modifica ao longo da história. Para a autora, como todo sentimento, o amor materno sofre a influência dos fatores socioeconômicos de sua época histórica. Além disso, acrescenta que tal amor não é o único responsável pelo cumprimento dos deveres maternos e da forma que este é cumprido. Outros fatores como a moral, os valores sociais, ou religiosos são tão importantes para o cumprimento destes cuidados quanto o amor, já que despertam o desejo da mãe. Afirma ser o amor materno imperfeito frágil e incerto, podendo ou não ser despertado na mulher o desejo dos cuidados materno. Assim, aponta a existência de diferentes faces da maternidade, incluindo as hoje rejeitadas.

A respeito do desejo da mãe, Winnicott (1983, 2000, 2006) afirma que este desejo assim como a capacidade de identificar-se com o filho são estruturantes da interação mãe-bebê e dos cuidados prestados por esta mãe. Somente a partir deste desejo e identificação a mãe vincula-se afetivamente ao bebê sendo capaz, por meio de regressão a fases da infância, de identificar as necessidades do bebê (capacidade materna primária) e de prover os cuidados necessários ao seu desenvolvimento satisfatório. A boa maternagem, tanto nas teorias dos constructos e representações

**CADERNOS DE PSICOLOGIA – CESJF - jun. 2019 v.1 n.1 p.50-75**

sociais da maternidade a partir de uma evolução social como na teoria Winnicottiana, é vista como uma construção e não inata.

Badinter (1985 apud SILVA, 1999) chama atenção para o fato das mulheres mães não se conceberem somente enquanto mães e esposas, mas também enquanto seres individuais carregados de vontades, desejos e aspirações nem sempre concordantes com as exigências da função materna e com os desejos e necessidades dos filhos e maridos. Isto tanto no aspecto psicológico como em sua realidade social. São mulheres para além de suas funções de mãe e de esposa, precisando serem vistas em sua integralidade, em sua tridimensionalidade.

Silva (1999), em sua pesquisa com mães de crianças internadas em uma unidade pediátrica, conclui que as mães estavam em conflito com a função materna que lhes era exigida. Havendo altas expectativas e cobranças em relação a essa função materna tanto por parte dos familiares como da equipe médica, não havendo espaço e nem compreensão do sujeito mulher, padronizando sentimentos e comportamentos e priorizando a função materna. Afirma que estas mulheres expressavam, das mais variadas formas, este conflito e o desejo de muitas vezes se encontrar em outro lugar, apesar de todo altruísmo pelos filhos.

Identifiquei que, ao mesmo tempo, as mulheres mães adotam comportamentos altruístas em relação aos seus filhos e buscam alternativas para expressarem o seu ser mulher, seja confrontando abertamente padrões de comportamento maternos esperados, impostos pelas companheiras ou pela equipe de saúde, seja manifestando sutilmente o desejo que têm de se encontrarem em uma outra situação (SILVA, 1999, pag. 99-100).

Segundo Badinter (1985) a paternidade como hoje é entendida também é um constructo social. Até o século XVIII o pai era a autoridade incontestável, muitas vezes agressiva e egocêntrica, respaldados pelo discurso da igreja e do absolutismo político. As crianças não tinham muita importância social e eram consideradas impuras pela igreja sendo apoiado e estimulado por esta duros castigos a estas crianças para corrigir sua impureza e impor a obediência. A partir do século XIX quando a criança ganha valor mercantil e é concebida como socioeconomicamente importante, os pais passam a ter a obrigação de cuidar, zelar por elas. A autoridade agressiva, egocêntrica, irrestrita e incontestável do pai passa a ser desconstruída. À mãe, como já dito, cabe o papel dos cuidados (inato a sua feminilidade) e educação dos filhos, esta passa a se ocupar de quase todas as funções no lar havendo uma desvalorização

**CADERNOS DE PSICOLOGIA – CESJF - jun. 2019 v.1 n.1 p.50-75**

do homem pai. A ele cabe somente o papel de oferecer bom exemplo, por meio do cumprimento de seus deveres de homem e cidadão e do bom caráter, e assim de zelar financeiramente por seus filhos, protegê-los materialmente. A autora conclui também que os pais não tinham um lugar de afeto, de cuidados afetivos e do dia a dia, na educação moral em relação aos filhos. Tal ausência era justificada ou pela falta de delicadeza dos homens para tratar de tais funções, os tornando incapazes, ou pelo trabalho que os absorvia toda a energia ou mesmo pela 'natureza do homem'. Eram ainda responsáveis por aplicar correções aos filhos (a lei), mas compartilhando isto com as mulheres e de acordo com as necessidades dos filhos. É a partir do século XIX que seus defeitos (ignorante, falível, mal) enquanto pais passam a ser expostos e vigiados pelo Estado já que nem todos eram capazes de cumprir a função paterna (sobretudo os pobres). Na falta do pai que cumprisse sua função o estado criou instituições com personagens que substituísse tal papel, como os professores, juizes de menores, assistentes sociais, etc. Faz pensar nas raízes ainda existentes desta construção, havendo na atualidade pouca afetividade e cuidados morais e no dia-dia do pai para com os filhos, uma sobrecarga das funções maternas quando somados aos cuidados com o lar, e o preconceito com homens que não obedecem a este padrão.

Badinter (1985) afirma que a psicanálise contribuiu para colocar a mulher no papel central em relação aos cuidados com os filhos e respaldar ou influenciar a ausência do pai. Isto ocorre por Freud e seus sucessores alegarem que quando há uma evolução normal da sexualidade na mulher desperta nela sua natureza feminina passiva que é mais dócil, mais ávida de afeto e mais dependente que o homem, e desperta também seu desejo narcísico de ser amada e sua aptidão masoquista que a faz suportar qualquer sofrimento. É também devido a essa evolução sexual e bom modelo materno (mãe equilibrada) que a mulher torna-se capaz de ser uma boa mãe. Assim a mulher normal teria uma tendência natural a amar o filho, devido a uma transferência egóica do desejo narcísico de ser amada para este filho, bem como uma tendência masoquista a suportar todo sofrimento e exigências que tais cuidados requerem, sendo passiva e dócil. A filósofa frisa ainda que Winnicott contribuiu para aumentar a carga e responsabilidades maternas quando afirma que a mãe não só deve ser uma boa mãe, mas que o deve fazer com prazer e que um pai não substitui uma mãe por mais que queira, sendo a mãe a mediadora responsável por introduzir a

relação pai-filho, a responsável por tornar este relacionamento possível. Lacan, na análise da autora supracitada forneceria respaldo para a ausência paterna (ausência do pai real) quando traz importância maior do pai simbólico (inscrito na criança pelo discurso da mãe). A autora acredita ainda que para a psicanálise há uma distinção, uma heterogeneidade dos papéis, “Aos olhos de Freud e de seus sucessores, a mãe simboliza antes de tudo o amor e a ternura, e o pai, a lei e a autoridade. Mas, se não se cessou de falar sobre o devotamento materno, pouco se mencionou o papel cotidiano do pai” (BADINTER, 1985, p.315).

Badinter (1985) salienta a ausência do pai como uma construção da evolução social reforçada pela psicanálise:

[...] sua ação e a sua importância real vêm sendo cuidadosamente apagadas há quase dois séculos. Não são os psicanalistas os últimos responsáveis por isso, tendo enfatizado o comportamento materno e o pai simbólico, em detrimento do pai real? (BADINTER, 1985, p.320).

### **3 FUNÇÃO MATERNA EM PSICANÁLISE**

Para a psicanálise a função materna se inicia antes mesmo da gestação, por meio das expectativas da mulher em relação ao ser mãe, de seus desejos quanto ao filho esperado e do modelo de mãe que tem e que a influenciará. O tornar-se mãe é considerado ainda um momento de fechamento do complexo de Édipo para a mulher, é quando alcança o falo, sobretudo se for mãe de um menino.

Marcia Rosa (2001) esclarece que toda mãe é adotiva, já que a inscrição de uma criança como filho na subjetividade da mulher é um processo de construções simbólicas. Tal adoção perpassa também uma construção imaginária deste filho que ao mesmo tempo que estabelece uma ligação afetiva com este filho, a distancia do real. Este imaginário é fruto dos desejos da mãe e de suas faltas, seu histórico, narcisismo, etc. Assim, a mãe constrói uma imagem do filho que, na maior parte das vezes, não corresponde ao real e esta imagem irá guiar suas ações e comportamentos. Para exercer de fato a função de mãe, seja ela biológica ou não, é preciso que haja a adoção do filho atribuindo a este significantes e imagens.

“Freud nos indica que a mulher só dissolve completamente seu complexo de Édipo quando se torna mãe, de preferência de um filho” (VIDIGAL, 2001, p.67). Para Nasio (2007) a busca fálica da mulher só terá fim quando esta realizar seu desejo de

**CADERNOS DE PSICOLOGIA – CESJF - jun. 2019 v.1 n.1 p.50-75**

ser amada e estiver à espera de um filho, “[...] é a missão mais digna que a natureza atribui à mulher” (NASIO, 2007, p.58). O tornar-se mãe é visto quase como uma dádiva.

Baseando-se em Winnicott (1983, 2006), é possível concluir que com o nascimento do filho a função materna passa a assumir uma grande responsabilidade: a de promover na psique da criança, através do toque, do contato, do olhar e dos cuidados, a noção de corporeidade, a integralidade (não fragmentação), a separação do eu e do mundo e propiciar o início do processo de individuação nesta criança. O início da relação mãe e filho se dá por uma simbiose entre eles, necessária, mas com prazo de validade que deve ser cumprido para que haja um desenvolvimento sadio da criança. Nesta fase para que a função materna seja exercida de forma satisfatória a mãe precisa ser capaz de regredir a sua infância para que possa reconhecer e atender às necessidades do filho, além de frustrar na medida certa (mãe suficientemente boa) e suas funções precisam ser exercidas com prazer.

Viorst (1988, p. 19) afirma: “Nossa mãe se interpõe entre nós e o mundo, protegendo-nos contra a ansiedade arrasadora. Não teremos nenhuma necessidade maior do que a dos cuidados de nossa mãe”. O autor alega ainda, que toda nossa experiência de perda se relaciona com a primeira perda vivida, a da conexão simbiótica/fusional mãe-filho, na qual há uma identificação completa com a mãe. E que as separações vividas no começo da vida deixam cicatrizes emocionais profundas, pois estão relacionadas ao aprender a amar e ser amado por meio do elo mãe-filho, o qual contribuirá posteriormente para a formação de um ser completo.

De acordo com Soler (2005), os pós-freudianos, assim como Freud, também enfatizam o papel da mãe, possuindo, no entanto, algumas diferenças nas suas teorias. Para Melanie Klein a mãe é um corpo cheio de objetos (objetos bons e maus), para Winnicott a mãe é a provedora de cuidados e para Balint é aquela que detém o amor primário, sendo para os dois últimos o papel da mãe insubstituível, tanto pela sua presença, como amor, sendo ela um envoltório de amor inicialmente vista pelo bebê como indiferenciada e posteriormente diferenciada. Spínola (2001) acrescenta que Melanie Klein e sua escola trabalham com o primado da relação de objeto, enfocando, a partir desta autora, de modo original, a relação mãe e criança. A mãe seria tanto um bom como mau objeto, já que cuida do bebê satisfazendo necessidades e pulsões, mas também frustra. Através das frustrações a mãe ensina à criança a

**CADERNOS DE PSICOLOGIA – CESJF - jun. 2019 v.1 n.1 p.50-75**

diferença entre a realidade e ilusão. Desta forma, seus cuidados são responsáveis pela organização da posição do eu na criança.

Para Soler (2005), Winnicott e Balint não marcaram o discurso/ fala materna como importante, destacando muito mais a interação corpo-a-corpo nesta relação. Diferenciando-os de Lacan que, de acordo com a autora referenciada, enfatiza o discurso materno como de fundamental importância nesta relação, já que é a mãe, através da fala, a primeira mediadora para regulação e contenção do corpo/organismo sexuado da criança. Mas isso só ocorre a partir do momento que a criança passa a distinguir o Imaginário, o Simbólico e o Real percebendo então a mãe como um ser a parte (diferenciado/não simbiótico) e a si como um sujeito, o que possibilita o início do oferecimento da fala como potencial simbólica. As palavras da mãe (imperativos, comentários) irão se inscrever na memória do sujeito. Na fase oral-lactente a relação é corpo-a-corpo.

Baseando-se em Nasio (2007), pode-se concluir: ao ocorrer a separação simbiótica mãe-filho com a entrada do pai (um terceiro) em cena, a criança passa a vivenciar uma relação triádica. A partir de então, os desejos incestuosos edipianos da criança começam a surgir, sendo mais evidentes a partir da fase fálica. Deste modo, a mãe passa a ter a função também de contribuir para que as fantasias edipianas sejam barradas de modo a não serem realizadas/concretizadas. Ela precisa dar limites, impor regras para a não concretização dessas fantasias e conceber o pai função como a lei/interdutor. Com isto, a função materna contribui para estruturação da psique, formação da identidade sexual da criança e para ocorrência de suas futuras relações sociais de forma sadia. A maioria dos teóricos concebem o pai como o principal responsável por esta interdição dos desejos incestuosos edipianos, sem, no entanto, descartar a contribuição da mãe para tal. No entanto, segundo Dor (1991), Lacan destaca a importância da mãe neste processo ao afirmar que o discurso materno é o fundante do Nome-do-pai, ou seja, da inscrição do pai simbólico na criança, não necessitando haver um pai real (encarnado) para que a interdição ocorra. O Complexo de Édipo e a teoria Lacaniana sobre o Nome-do-pai será aprofundado na seção deste artigo que aborda a função paterna.

De acordo com Soler (2005), tanto a mãe quanto o pai possuem para a psicanálise um papel fundamental no desfecho do complexo de castração. Eles ocupariam o lugar do 'outro primordial' para a criança/filho. Contudo, em termos gerais

**CADERNOS DE PSICOLOGIA – CESJF - jun. 2019 v.1 n.1 p.50-75**

há ainda, assim como na sociedade, uma valorização maior, no sentido de enfatizar mais, do papel da mãe. Para Soler, na teoria de Freud sobre o confronto edípico, a mãe é tanto um objeto de satisfação e gozo como possui função de limite. Ela é um objeto de amor, de desejo, de gozo a ser perdido e o pai é o portador da proibição nesta tríade. A autora supracitada enuncia que Lacan além da mãe provedora de amor destaca também a mulher, aquela que possui desejos, que é a mulher do pai, uma mulher que vive o Édipo freudiano por meio também da linguagem, uma mulher barrada (Outra<sup>4</sup>) - aquela que não se refere só à ocupação com o marido e o filho, uma mulher para além do Édipo. Assim, tal mãe/mulher encontra-se dividida e suas vontades concedem ao filho um lugar determinante nesta relação, que pode disputar com o amor materno. Há assim em uma mãe a mãe e a mulher. Na mãe, por intermédio do filho, ocorre uma recuperação de uma falta (falta fálica) e na mulher há uma libido dirigida a um homem (ser fálico), se reconhecendo em falta. É este ser ambíguo (de oposições) que faz surgir um desejo materno, um desejo da mulher na mãe. A autora referenciada expõe que o amor materno para Lacan é estruturado pela fantasia (onde o filho é objeto evocado pela divisão subjetiva). Desta forma, o lugar reservado à criança real (objeto real) pelo inconsciente desta mãe (o filho desejado) em conjunto com a leitura/interpretação que a criança fará dele é determinante. Podendo o filho viver experiências de autoridade e capricho desta mãe, ou mesmo na falta da 'diz-mensão' de um desejo outro (que não o que se satisfaz na relação com o filho), o filho ficará condenado a um lugar de objeto, de propriedade da mãe.

Assim, a variedade das imagens da mãe abre-se em leque entre dois extremos: o da mãe que é mãe em demasia, e cujas presas se fecham sobre o filho, e o da mãe que é mulher em demasia, ocupada de alhures, às vezes a ponto de ser tão Outra que é impossível alguém se reconhecer nela (SOLER, 2005, p. 96).

O pai, segundo Suzana Barros Spínola (2001), tem a função de lei e a mãe ocupa o lugar do Outro primordial, aquela a quem as demandas da criança, surgidas a partir das necessidades, são dirigidas. E o que fundamentalmente a criança

---

<sup>4</sup> "O grande Outro é o conjunto de significantes que marcam o sujeito em sua história, seu desejo, seus ideais – eles sustentam suas fantasias inconscientes e imaginárias" (QUINET, 2012, sem página).

demanda é aquilo que falta à mãe, o falo. Para a autora a psicanálise não exclui os efeitos do outro parental sobre o sujeito (um certo tipo de mãe , um certo tipo de pai), mas acrescenta e destaca o desejo da mãe (o filho desejado), o desejo da mãe constituinte do Nome do Pai e da presença do pai no inconsciente do sujeito como significante, bem como a imagem inconsciente da mãe no sujeito (sua interpretação do desejo da mãe), como fundamentais na determinação do desenvolvimento ou sintoma do sujeito. Soler (2005) reconhece que a mãe sempre ocupará no inconsciente do sujeito (filho) um lugar de acusada, independente do tipo de mãe que seja, tendo suas falhas destacadas, já que é a imagem das primeiras angústias vividas pela criança. Assim, ouvir os pais e as questões fantasmáticas do sujeito são essências para o entendimento da dinâmica familiar e dos sintomas.

#### **4 FUNÇÃO PATERNA EM PSICANÁLISE**

Apesar das teorias psicanalíticas destacarem a importância da função materna no processo de desenvolvimento da criança, não negam a importância da função paterna neste processo. Seja através de um pai encarnado ou do pai simbólico, inscrito na criança pelo discurso materno, a função paterna é fundamental para um desenvolvimento sadio. Tanto é a responsável por romper a relação simbiótica mãe-bebê, a interdição/lei na vivência do complexo de Édipo, como a de ser um modelo e a responsável por promover o contato da criança com o mundo externo.

A função do pai, segundo Aberastury (1984), irá variar de acordo com a idade e necessidades do filho. Já na gestação o desejo ou não de se ter filho é importante para o exercício da função paterna. Na fase oral, para o menino, a função paterna é importante, já que a criança estabelece uma identificação com o pai, há um vínculo de ser com o pai, enquanto com a mãe é de ter (mãe-objeto surgida a partir do primeiro objeto – o peito). A função do pai é inicialmente de modelo para o menino. Já para a menina, a mãe além de objeto é também modelo. No entanto, é a partir do terceiro ou quarto mês de vida, quando a criança perde o vínculo exclusivo com a mãe e surge a necessidade de um terceiro (figura do pai, seja real ou substituta), que a função paterna adquire maior importância para a criança (menino e menina). No período dos seis aos doze meses de vida a carência de contato com pai (principalmente contato corporal cotidiano) provoca déficits, podendo ser a raiz de uma rejeição aos filhos

quando adulto e de uma busca desesperada de substitutos paternos. No segundo ano de vida quando a imagem do pai e a da mãe já estão estabelecidas internamente, a função do pai é, principalmente, a de estabelecer conexões da criança com o mundo externo. Enquanto a mãe permanece na função de cuidados físicos, dentro do lar e ao que se refere à estabilidade e coesão, o pai ajuda na busca do mundo externo. Assim como no período inicial (pré-história) do complexo de Édipo em que sua função foi a de ajudar desprender a criança da mãe.

Para Dor (1991, p.9) “[...] a função paterna é o epicentro crucial da estruturação psíquica do sujeito”, tendo o pai papel fundamental na formação da identidade sexual do sujeito na vivência do complexo de Édipo. Nasio (2007) alega que o pai é então um ser fálico com função de lei, de interdição dos desejos incestuosos, tendo papel fundamental na transferência dos desejos do sujeito pelos seus primeiros objetos (pai/mãe) para outros objetos.

Segundo Aberastury (1984), para Freud o complexo de Édipo, vivido na fase fálica, é o nó do desenvolvimento sexual e da personalidade do sujeito. Nesta fase a criança já seria capaz de reconhecer a diferença genital entre os sexos e atribui à falta do pênis a uma falta fálica e o ter pênis a um ser fálico. Assim, para o menino, há uma intensificação dos desejos sexuais orientados para a mãe, e o pai, detentor do falo, é um modelo e um rival (já que barra seus desejos à mãe). Surge assim o Complexo de Édipo no menino que dá um tom de hostilidade à identificação com o pai fálico, e convoca o pai a uma função de interdição/lei. Para a menina, tal capacidade de diferenciação dos sexos irá provocar um ressentimento direcionado à mãe por fazê-la sem pênis, e o reconhecimento do falo no pai. Assim, surge o complexo de Édipo na menina, quando ela substitui seu objeto amoroso/de desejo (inicialmente a mãe) e modelo pelo pai. A menina, se reconhecendo também como ser em falta e tendo a realização de seu desejo pelo pai barrada, identifica-se também com a mãe, como modelo, no intuito de ter acesso ao pai. O declínio do Complexo de Édipo para ela é na verdade uma transformação do complexo de Édipo, quando ela passa sua carga libidínica do pai para um outro, de acordo com as características do pai.

Nasio (2007) afirma que no desfecho do complexo de Édipo a menina fará uma identificação com o pai, tendo a mulher sempre o pai dentro de si. Ela “[...] se apropriará diversamente dos traços femininos e masculinos assimilados ao mesmo tempo de mãe e de pai, adotando traços femininos e masculinos” (NASIO, 2007, p.60-  
**CADERNOS DE PSICOLOGIA – CESJF - jun. 2019 v.1 n.1 p.50-75**

61). Tal resolução necessita de determinado posicionamento do pai que interdicte os desejos incestuosos da filha.

Na teoria Lacaniana, de acordo com Dor (1991), o pai não precisa ser uma figura encarnada para fazer cumprir sua função de interdição/lei, mas sim uma entidade simbólica que ordena uma função. Sendo a mãe a responsável por esta inscrição na ordem do simbólico na criança, ela instaura uma inscrição paterna. O desejo da mãe através de um discurso significante do Nome-do-Pai (significante do Pai simbólico) permite que esse significante seja um mediador na ausência do Pai real (encarnado). Ou seja, uma mãe que reconhece em si a falta e significa simbolicamente um outro detentor de um falo, a quem se refere seu desejo e por conseguinte representante da lei, instaura simbolicamente a função paterna para a interdição do incesto. Sendo a função simbólica do pai muito mais relevante para o sujeito do que a paternidade real. Assim, a mãe é a fundadora do pai como Nome, por meio dela o pai ocupará um lugar no universo psíquico da criança. Este nome será a sustentação de uma autoridade paterna. O Pai simbólico é a referência da Lei da proibição do incesto. Alega ainda que o pai (real) será revelado como melhor ou pior de acordo com o desempenho frente a sua inscrição simbólica. Quanto maior a proximidade da linguagem utilizada por este pai da linguagem de sua delegação simbólica, frente ao desejo da mãe e do filho (protagonistas), maior seu sucesso. O pai real somente terá função de pai se fizer se representar neste pai simbólico (depositário de uma lei que vem de outro lugar). Para tal, é necessário que haja uma negociação imaginária entre pai, mãe e filho, regidos pela triangulação edipiana (desejos recíprocos) e referidos ao falo. O falo é o fundador do investimento do Pai simbólico no Pai real, através de um Pai imaginário. O falo é centro de gravidade da função paterna. O pai precisa se apresentar como detentor do falo para assumir para a criança a simbolização paterna estruturante.

“A função essencial do pai é a de constituir em um suporte simbólico de separação, para que a mãe não faça de sua criança seu objeto e gozo [...] tampouco reduzi-la ao seu ideal irrealizado [...]” (SANTIAGO, 2001, p.98).

Em relação a quem pode adotar determinada função, baseando-se na teoria Lacaniana, Dor (1991) proclama: “Um pai não pode ser uma mãe; da mesma forma, uma mãe não pode substituir um pai. Isto não está em contradição com o fato de que uma mãe pode sempre identificar-se com um pai, e vice-versa” (DOR, 1991, p. 57).

Uma mãe pode até assumir uma posição paterna ou um pai assumir a posição materna, mas jamais ocuparão a função um do outro já que o falo é detentor do poder de instaurar tais funções. Assim, uma mãe/mulher que não possui o órgão sexual (biológico - diferença visível aos olhos da criança) associado ao falo não pode jamais inscrever-se na função de pai. Já para Freud, segundo Aberastury (1984), a função seria um lugar, podendo a mãe assumir a função de pai e vice-versa.

Para Aberastury (1984), no período escolar o pai adota uma função importante e diferenciada da mãe, a de compartilhar com o filho a gosto pelo descobrimento e o conhecimento, unindo ambos definitivamente. A não ocorrência deste compartilhamento pode provocar sentimento de desamparo e abandono na criança. Na adolescência a função paterna tem maior importância para o menino e a materna para a menina, sendo ambas as funções imprescindíveis para obtenção de uma boa identidade genital. Assim, como o adolescente tem que desprender-se de sua antiga imagem corporal e lidar com suas mudanças psicológicas e sentimentos conflituosos/contraditórios, o pai tem que desprender-se também da criança que era o filho e evoluir para a relação com um filho adulto, fazendo renúncias. Deixará de ser um líder um ídolo passando a ter uma relação com o filho de ambivalência e cheia de críticas, tendo que enfrentar suas próprias realizações e frustrações diante das conquistas do filho. É o início do verdadeiro drama Edípico, já que o adolescente é biologicamente capaz de assumir a maternidade ou paternidade (procriação) constituindo verdadeiros rivais. Os pais precisam preparar um ambiente propício ao crescimento do filho sem, no entanto, exigir tal crescimento, assim permitirá um desenvolvimento normal do adolescente.

Apesar das divergências as teorias psicanalíticas concordam que a função paterna (pai simbólico ou real) é principalmente a de romper a relação simbiótica mãe-bebê, de interdição/lei a partir da fase fálica e vivência do Complexo de Édipo, e de estabelecer conexões da criança com o mundo externo, possibilitando relações sociais futuras.

## **5 MATERNIDADE E PATERNIDADE NA CONTEMPORANEIDADE – CONTRADIÇÕES INERENTES E CONSEQUÊNCIAS**

“As novas configurações familiares estão cada vez mais presentes, não podemos dizer que são socialmente aceitas. Há o embate entre o real vivido e o que se idealiza” (OLIVEIRA, 2009, p.72).

Calderón e Guimarães (1994) explicam que há a representação de uma família ideal enraizada na nossa cultura, com raízes na família nuclear de outrora: aquela formada por pais e filhos consanguíneos, com um homem na função de pai e uma mulher na função de mãe, a função da mãe de cuidadora dos filhos e do lar e a do pai de provedor e chefe da família. Sendo tal representação ainda hoje reproduzida, difundida por diversos meios, como escolas, mídia, igreja, etc. Este modelo de família ideal faz com que os indivíduos da nossa sociedade hajam de forma preconceituosa com famílias fora do padrão (consideradas muitas vezes como disfuncionais) sendo vigias e julgadores das famílias. Ele também dificulta o livre fluir das novas constituições familiares, não somente pelo julgamento alheio, mas pelo modelo ideal introjetado em seus componentes familiares. No entanto, nas últimas décadas, cada vez mais novos arranjos familiares têm surgido, como as famílias monoparentais com chefia feminina, mãe adolescentes solteiras, famílias com casais homossexuais, família monoparentais com presença apenas do pai. Desta forma, o que se pensa de família e qual e como a função da mãe e a do pai devem ser exercidas precisa ser reavaliado.

A função de provedor não é mais um monopólio do componente masculino, pois a inserção feminina no mercado de trabalho cresce cada vez mais em virtude da própria crise econômica. A chefia da família não é uma exclusividade do componente masculino - basta verificar o crescimento das famílias monoparentais com chefia feminina (CALDERÓN; GUIMARÃES, 1994, p.29).

No caso da família monoparental com chefia feminina é preciso pensar que esta mulher deve ser também uma provedora além de cuidadora e que pode não haver uma rede familiar de suporte, assim há uma sobrecarga de atividades e funções. Com isto, é preciso refletir sobre quais recursos essa mulher tem para que consiga exercer estas funções e de que forma esta sobrecarga pode estar sendo (ou não) prejudicial a ela e ao desenvolvimento do(s) filho(s). Refletir também a respeito da possibilidade dessa mulher em exercer de modo satisfatório a função materna abordada pela

psicanálise, sem culpar, pensando se as exigências desta função não são demasiadas para esta mulher no contexto que se encontra.

Permanece a questão de saber o que se modifica na função materna hoje. O que vemos no século XXI? Como correlato ao declínio do pai, vemos uma idealização da mãe, que se converte, em muitos casos, no único parceiro estável da criança. Vemos também frequentemente a criança perder seu brilho fálico e se converter naquela que tudo rouba da mãe, sua beleza, seu tempo, sua carreira profissional, causa de uma série de privações. Vemos ainda mulheres inteiramente ocupadas em ser mães, para as quais o filho é tudo. E ainda, mulheres nada ocupadas com seus filhos e deles esquecidas (MARCOS, 2017, p.249).

Com todos os avanços científicos, inclusive contraceptivos, e as mudanças na civilização, Marcos (2017) coloca a maternidade como uma escolha e não uma fatalidade e questiona o que é ser mãe na contemporaneidade. Afirmando que o amor materno não é programado, podendo ele não surgir, e o ser mãe pode ser vivenciado como um sofrimento psíquico devido a distância entre o objeto ideal (ideal de mãe difundido atualmente) e o objeto real. Define a maternidade na contemporaneidade como um mar turbulento em muitos aspectos e como um possível palco para novos sintomas. Questiona ainda a validade das teses Freudianas e Lacanianas no que diz respeito à maternidade na contemporaneidade, propondo repensar teorias e a clínica psicanalítica a partir de questões do nosso tempo.

Winnicott (1985 apud Sá, 2011) destaca também a importância do pai no auxílio à função materna:

Para ele, para que a mãe possa exercer sua função o pai (e também a família) deve dar suporte e aconchego a esta, de modo que ela não tenha qualquer preocupação e possa dedicar-se exclusivamente a seu bebê. Atribuiu ao pai e à família a função de proporcionar à mãe a segurança necessária à realização da acolhida segura e tranquila do recém-nascido. A mãe é capaz de atender às necessidades da criança caso se sinta amada em sua relação com o pai da criança e com a própria família (WINNICOTT, 1985, 2001 apud SÁ, 2011, p.39-40).

Assim, é preciso pensar também como o pai pode ser introduzido nesse contexto, não só com a função de dar apoio a mãe, mas também como cuidador dos filhos. E se isto não ocorre, não ocorre por vontade/ausência do pai ou por esta mãe excluir este pai devido à introjeção da mulher como cuidadora natural e homem como

desprovido dessa capacidade. É preciso ressaltar que estas reflexões aplicam-se também a outros arranjos familiares em que a mulher é uma provedora (principal ou não) além de cuidadora, não havendo suporte significativo de outros no que se refere aos cuidados com filhos e lar.

Em uma pesquisa acerca do desenvolvimento da preocupação materna primária (Winnicotiana) em mães de bebês prematuros, Sá (2011) observa e conclui que as mães que não desenvolveram a preocupação materna primária eram frias e distantes com seus filhos, não tendo uma relação positiva com estes. Eram assim devido ao seu contexto de suporte ser deficitário (relação conturbada com o pai da criança) e não ter havido desejo da gestação, não havendo nenhuma relação com o fato da criança ser prematura. “[...] acreditamos que se tratava de mães que realmente não tinham condições psíquicas e emocionais de maternagem neste momento de suas vidas” (SÁ, 2011, p.84). Estas mães apresentaram: temor de contato físico com os bebês, temor de não dar conta, dificuldade de amamentar no seio, a falta de tranquilidade ao amamentar, o não possuir disponibilidade e desejo para participar da dinâmica proposta, não abdicar de suas questões pessoais e do trabalho em favor da criança e o cansaço. É preciso ressaltar que apesar dessas serem mães de crianças prematuras estes são temores e sentimentos encontrados também em mães de crianças a termo. Corroborando os resultados desta pesquisa, Lobo (2008) ressalta que pesquisas atuais com gestantes confrontam o chamado instinto maternal e a imagem idealizada de boa mãe apontando a existência da maternidade vivida como fatalidade, da transmissão transgeracional como um possível perturbador da relação mãe-filho e da necessidade de trabalhos psicanalíticos que visem a restauração dos recursos emocionais das mulheres/mães.

Stellin (2011), a partir de uma pesquisa realizada em serviços públicos com mães desde a gestação até os seis meses de vida dos bebês, relata “[...] um laço frágil em algumas mães, em uma ambivalência inicial de identificação, de alocar-se em um lugar materno, até um investimento no bebê já nascido” (STELLIN, 2011, p.182). Além de uma variedade de motivos declarados pelas mães entrevistadas para tornar-se mãe, com prevalência de motivos externos: vontade do marido, indicação médica ou sugestão de terceiros. “As falas apontam uma obrigatoriedade social de ter filhos, aparentemente não mostrando uma subjetividade que se expresse como desejante” (STELLIN, 2011, p.176). Na gestação além das mudanças físicas, muitas vezes

incomodas e perturbadoras, houve relatos de medo da morte, tanto do bebê como da própria morte, e preocupações financeiras. Identificou também diversas queixas/problemas em relação à vivência da maternidade, entre elas: dificuldade em deixar os bebês com outras pessoas quando precisam retomar o trabalho, relacionada a uma dificuldade na separação simbiótica (o que ocorre também com o desmame) e percebida também nos discursos com poucas referências aos pais, mesmo que estes sejam muito presentes; problemas conjugais e/ou financeiros após nascimento dos filhos; problemas devido à existência de outros filhos.

Além disso, em uma pesquisa realizada por Souza, Souza e Rodrigues (2013) a respeito do surgimento de sentimentos conflituosos relacionados à perda de autonomia em mulheres (que são mães e profissionais) no período de pós-parto na contemporaneidade, constatou-se que estas mulheres abdicam de atividades anteriormente desenvolvidas em prol dos cuidados com os filhos, como: sair com amigos, vaidade, horas de sono, cuidados com a casa. No entanto, os sentimentos conflituosos de maior intensidade relatados estão relacionados à preocupação em retornar ao trabalho e deixar os filhos aos cuidados de outros, tendo a preocupação de não serem boas mães e esposas. Sentimentos conflituosos ligados à perda da autonomia são relatados como de baixa intensidade, tranquilo, por acreditarem ser uma situação passageira. Em contrapartida, alegam ser o puerpério um período cansativo, difícil, agitado, diferente do que haviam idealizado, tendo que fazer tudo acompanhadas dos seus bebês e havendo dificuldade em realizar atividades rotineiras.

Comparando os dados obtidos na presente pesquisa com a literatura estudada, é possível refletir sobre a dificuldade que as mães podem encontrar em assumir seus conflitos em relação aos cuidados do filho, visto que este lhe trouxe a responsabilidade de ser mãe - papel este que no imaginário coletivo traz uma série de responsabilidades e, acima de tudo, um amor incondicional advindo de um instinto materno que já nasceria com a mulher. Dessa forma, como seria, então, para a mulher admitir que ela tem outras necessidades ou até prioridades, além do desejo de estar com o filho e de suprir todas as suas necessidades? A partir do que Soifer sugeriu a respeito das fantasias e da negação, essas mães não poderiam estar negando essas dificuldades, como uma maneira de sentirem-se “mães corretas”, ou ainda “verdadeiras mães”? (SOUZA; SOUZA; RODRIGUES, 2013, p 176-177).

Soler (2005) ressalta que a mãe vive diversas angústias. A angústia de castração, que se declina de maneira variada. A angústia de perder o filho, havendo

**CADERNOS DE PSICOLOGIA – CESJF - jun. 2019 v.1 n.1 p.50-75**

fantasias que visam a morte deste. A angústia de castração do filho e a angústia diante do real do gozo foracluído. A possível angústia da gestação como reação à parasitação do corpo por um elemento estranho (feto). A angústia frente aos cuidados a serem prestados ao recém-nascido, havendo medo em não saber lidar com o bebê e as responsabilidades. E as psicoses puerperais, que não excluem os cuidados com a criança e podem provocar delírio. Além dos diversos transtornos psiquiátricos recorrentes. Silva e Piccinini (2009) destacam o puerpério como fase de maior probabilidade de ocorrência de transtornos psiquiátricos, principalmente na mulher. Os indicados como mais freqüentes são baby blues, psicose pós-parto e depressão pós-parto.

Para Lobo (2008) a mãe suficientemente boa da teoria Winnicottiana não é somente aquele que acalenta e cuida do seu filho de modo a satisfazer suas necessidades e promover uma integralidade corporal, é também a que “[...] reconhece a própria ambivalência e identifica seu amor e sua raiva, sem nada fazer a respeito. Apenas a comporta, a tolera. Por isso é suficiente. Por isso é boa” (LOBO, 2008, p.73). Ela respeita seus limites e aceita seus enganos, ama e é amada por seu parceiro amoroso (homem em sua subjetividade) e inclui seu filho na relação triangular, e administra sua tridimensionalidade: mãe, mulher e filha. Ou seja, é uma mulher/mãe que possui sentimentos ambivalentes em relação à maternidade, mas os aceita e administra de forma a exercer uma boa maternagem.

Silva e Piccinini (2009) afirmam que o pai também necessita adaptar-se às mudanças ocorridas devido à chegada de um bebê, passando ele também por conflitos, vivências exaustivas, dificuldades pessoais e desafios psicológicos. Explanam que desde a gestação até os primeiros meses de vida do bebê há um sentimento de exclusão comum aos pais, isso devido a um comportamento materno de afastamento do pai por querer manter o bebê em sua esfera, devido aos cuidados, sobretudo amamentação, serem prestados pela mãe. Ficando, assim, o pai em um lugar secundário nesta relação, devido também à atenção tanto da mãe como dos familiares ficarem voltadas para o bebê e os serviços de atendimento se focarem na gestante. A presença e participação do pai neste período são extremamente importantes, mas ainda pouco estudada e divulgada no que se referem as suas ansiedades e medos. Os autores supracitados indicam que a qualidade do relacionamento conjugal (oferta de cuidados paternos com o bebê e de apoio

emocional às mães) pode estar negativamente associada à depressão pós-parto das mães. Além disso, destacam os maridos de mães com depressão pós-parto como uma população de risco em termos de sua saúde emocional, sendo, também, freqüente a depressão paterna no período puerperal.

Falceto, Fernandes e Kerber (2012) corroboram esta idéia alegando que com a chegada de um filho o pai também passa por transformações significativas no que diz respeito aos papéis familiares e sociais, as rotinas diárias, as relações interpessoais, rotina de sono e identidade pessoal. Chamam a atenção para a prevalência significativa de transtornos psiquiátrico pós-parto paterno, sobretudo a depressão, que diminui o apoio oferecido à mãe e os cuidados com os filhos por parte desses pais, prejudicando o vínculo afetivo pai-filho. Indicam que a falta de atenção da parceira e a exclusão dos cuidados com os filhos por parte desta pode corroborar para a ocorrência da depressão pós-parto paterna. Afirmam também que o fato dos homens não serem socialmente preparados para lidar com os filhos prejudicam o vínculo afetivo com estes. Aponta que culturalmente fica ao pai o papel de provedor e de oferecer apoio a parceira nos cuidados com o bebê (responsabilidade da mãe), mas que as configurações atuais exigem modificações dessas atribuições. E que o homem ao tornar-se pai vivência também sentimentos contraditórios e dificuldades, como ciúme pela dominância do papel materno, sentimento de exclusão, diminuição da vida sexual com a parceira, preocupações financeira (cabendo a ele, culturalmente, o papel principal de provedor) com maior dedicação ao trabalho e diminuição do tempo destinado ao filho, medo em falhar em suas tarefas (provedor, apoiador emocional e parceiro romântico) e estresse devido à todas as questões anteriores.

Mesmo quando a gestação é planejada e/ou o filho é desejado e as condições ambientais são favoráveis ao desenvolvimento da função materna e da função paterna, os pais não estão livres das dificuldades, angústias e dos sentimentos contraditórios da vivência da maternidade e da paternidade. Sacrifícios terão que serem feitos em prol do bem estar dos filhos e do cumprimento das funções materna e paterna, a vida social dos pais pode sofrer alterações negativas, sobretudo na fase de dependência da criança. Frustrações em relação ao cumprimento das exigências destas funções podem ocorrer com certa freqüência. A rotina de sono sofre alterações significativas e negativas, devido às responsabilidades destas funções e das preocupações com o filho. Menezes; Lopes (2007) afirmam que a rotina familiar se

**CADERNOS DE PSICOLOGIA – CESJF - jun. 2019 v.1 n.1 p.50-75**

modifica necessitando de adaptações e reorganizações, já que um terceiro sujeito (dependente) é inserido na relação, podendo haver tanto benefícios e amadurecimento como prejuízos à vida conjugal. Isto irá depender dos fatores emocionais deste casal bem como da qualidade da relação antes da transição para a parentalidade. Tanto pode unir o casal como provocar insatisfação conjugal e o divórcio. E após toda essa vivência conflituosa e de sacrifícios quando for o momento é preciso deixar esse(s) filho(s) partir rumo a uma vida independente, restando um sentimento de vazio.

Viorts (1988) formula que quando os filhos nascem um novo sonho surge, o de protegê-los. No entanto, certos limites devem ser respeitados nesta busca e os planos de felicidade e segurança (bem-estar) nem sempre agradam os filhos. Os pais acabam por ter que desistir de muita coisa que gostariam de fazer por seus filhos, sendo frustrante. E ainda, quando chegado o momento, têm que desistir dos próprios filhos, havendo uma separação rumo à independência. Neste processo, tanto filhos como pais sofrem a ansiedade de separação. Os pais sofrem porque a separação reduz seu controle, porque se sentem menos necessários/importantes, porque não poderão estar perto para proteger seus filhos (já que acreditam que a presença física evita perigos), e porque oferece perigo a sua própria psique. As separações dolorosas da sua infância que irão nortear como a separação dos filhos é encarada. Os pais normalmente não conseguem conceber os filhos como pessoas independentes que aos poucos se afastam psicologicamente. Libertar os filhos significa abrir mão dos planos feitos para eles, dos desejos relativos a este filho. As expectativas e fantasias, sobretudo das mães, em relação aos filhos são grandes, tanto antes do nascimento como depois. Muitas vêem os filhos como extensões delas. Assim, há muitas decepções e a separação, perda necessária, é dolorosa e difícil. Tal separação começa já no processo separação-indivuação do bebê, quando a mãe tem que romper com relação simbiótica que a permitiu conhecer/identificar as necessidades do filho e se identificar com o filho, fornecendo o certo na hora certa. Os pais seriam ainda os modeladores do ambiente da criança, tendo a responsabilidade de melhorar o entrosamento e adaptar-se melhor a ela para ajudá-las. No entanto, há limites para o que podem fazer já que não possuem controle sobre o ambiente externo da criança e nem do interno.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando há uma gestação de um bebê há também a gestação de uma mãe e um pai, que irão lidar com as construções internas e introjeções acerca do ser mãe e ser pai para construir a sua própria maternidade e paternidade. Uma gestação que diante das capacidades e limitações emocionais, financeiras e ambientais pode ou não vingar, ou seja, essa mãe ou pai podem não nascer, não adotarem a função materna ou paterna. E mesmo que haja um nascimento destes, não significa que irão cumprir suas funções como exigida pela sociedade ou mesmo como indicada pela psicanálise para melhor desenvolvimento dos filhos. Não cumprir a função materna ou paterna como esperado pode não significar falta de amor pelo filho, mas falta de bases emocionais ou suporte ambiental (familiar, financeiro, etc.) favorável ao exercício de tal função.

As expectativas e representações sociais da maternidade e da paternidade diferem e são conflituosas em muitos aspectos da vivência real das mesmas. Estas expectativas não são somente as das pessoas que cercam os pais, mas também dos próprios sujeitos mãe e pai que introjetam tais representações socioculturais da maternidade e da paternidade a que estão inseridas. Esta introjeção em desacordo com os sentimentos e experiências reais da maternidade e paternidade é um dos fatores que provoca conflitos internos, sentimentos de culpa e incapacidade e possíveis problemas de saúde, como depressão pós-parto e estresse.

A partir do estudo produzido neste artigo, ousamos propor que o amor pelo filho é construído tanto a partir dos desejos dirigidos a este filho e das introjeções acerca do que é ser mãe e pai como a partir do vínculo estabelecido com este bebê. Isto significa que quando o bebê nasce não necessariamente estes pais o amam de forma incondicional. Eles precisam, como visto nas teorias psicanalíticas, desejar este filho, criar uma imagem simbólica deste e da maternidade e da paternidade que seja favorável ao desenvolvimento deste amor. Precisam relacionar-se com este bebê real para desenvolver um vínculo afetivo com este a medida que o descobre, conhece e reconhece como filho. Condições ambientais como dificuldade financeira, sobrecarga de atividades/funções, ausência de uma rede de apoio, modelos parentais negativos, podem ser desfavoráveis ao desenvolvimento deste vínculo afetivo. Podem também

ampliar surgimento dos sentimentos contraditórios já comuns a adoção destas funções.

É certo, no entanto, que tornar-se mãe ou pai em sua função não é uma tarefa simples e nem uma dádiva só de positivities como muitos fantasiam. Tão pouco as positivities irão sempre se sobrepor às dificuldades. Adotar a função materna e paterna é entrar em uma guerra (mulher X mãe, homem X pai) em que perdas são necessárias, sacrifícios são inevitáveis, frustrações e sentimentos de incapacidade são recorrentes, insatisfação com a adoção destas funções podem ocorrer e ganhos podem ser satisfatórios, reconfortantes e impulsionadores, ou não. É certo também que as exigências que circundam a adoção destas funções, sejam elas sociais ou psicanalíticas, são muitas vezes demasiada para a mulher ou homem que fazem esta adoção. Até porque é sim dito o que deve ser feito dentro destas funções, mas não o como fazê-lo dentro do contexto e condições específicas deste sujeito. Outras vezes porque mesmo tendo descoberto o como fazer isto, não é possível para aquela mulher ou homem, com desejos outros e com sentimentos conflitantes com esta função. Isso não significa, contudo, que a vivência da maternidade e da paternidade não possa ser sentida como algo maravilhoso e único. Nem que a função materna e paterna como indicadas pela psicanálise não seja fundamental para o desenvolvimento sadio da criança. É justamente esta contradição de sentimentos, desejos e responsabilidades que se buscou abordar neste artigo.

É de fundamental importância que os psicólogos, sobretudo os da área infantil e familiar, enxerguem e compreendam esses pais para além de suas funções, como mulheres e homens que também o são, como pais em construção, que descubrem a cada fase dos filhos como ser pais e como lidar com os sentimentos contraditórios que surgem. Que erram neste processo, muitas vezes provocando danos ao desenvolvimento dos filhos. E que precisam também de auxílio e não somente de diagnósticos e devoluções que os culpem ou os faça sentirem-se culpados. Para compreender o todo familiar é preciso também compreender este homem e esta mulher que vivem na mãe e no pai e as condições e contexto que os cercam. Só assim fatores de risco podem ser diminuídos.

O estudo apresentado neste artigo pode servir para instigar outros estudos acerca da vivência contraditória da função materna e da função paterna na

contemporaneidade, já que o leque de discussões possíveis é tão amplo que seria impossível abordá-lo todo aqui.

## REFERÊNCIAS

ABERASTURY, A. **A paternidade**: um enfoque psicanalítico. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

AZEVEDO, K. R. ; ARRAIS, A.R. . O Mito da Mãe Exclusiva e seu Impacto na Depressão Pós-Parto. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 19, n.2, p. 269-276, 2006. Disponível em : [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722006000200013&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-79722006000200013&script=sci_abstract&tlng=pt) Acesso em: out. 2018.

BADINTER, E. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de jul. de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, jul. 1990. Seção 1, p. 13563. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1990/lei-8069-13-julho-1990-372211-publicacaooriginal-1-pl.html> Acesso em: out. 2018.

CALDERÓN, A. I; GUIMARÃES, R. F. Família: a crise de um modelo hegemônico. **Rev. Serviço Social e Sociedade**, Ed. Cortez, São Paulo. v.46, p. 21-34, dez. 1994.

DOR, J. **O pai e sua função em psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.

FALCETO, O. G.; FERNANDES, C. L.; KERBER, S. R. Alerta sobre a depressão pós-parto paterna. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, p.293-295, jul. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v34n7/01.pdf> Acesso em: nov. 2018.

LOBO, S. As condições de surgimento da “Mãe Suficientemente Boa”. **Rev. bras. psicanál.**, São Paulo , v. 42, n. 4, p. 67-74, dez. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v42n4/v42n4a09.pdf> Acesso em: maio 2019.

MARCOS, C. M. O desejo de ter um filho e a mulher hoje. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 2, p. 246-256, dez. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/trivium/v9n2/v9n2a10.pdf> Acesso em: maio 2019.

MENEZES, C. C.; LOPES, R. C. S. Relação conjugal na transição para a parentalidade: gestação até dezoito meses do bebê. **Psico. USF**, Itatiba, v.12, n.1, p. 83-93, 2007. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-82712007000100010&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-82712007000100010&lng=en&nrm=iso). Acesso em: abr. 2019.

NASIO, J.D.. **Édipo**: O complexo do qual nenhuma criança escapa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

- OLIVEIRA, N.H.D. **Recomeçar**: família, filhos e desafios. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/965tk/pdf/oliveira-9788579830365-03.pdf> Acesso em: maio 2019.
- QUINET, A. **Os outros em Lacan**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4097934/mod\\_resource/content/1/288261375-Antonio-Quinet-Os-Outros-Em-Lacan.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4097934/mod_resource/content/1/288261375-Antonio-Quinet-Os-Outros-Em-Lacan.pdf). Acesso em: out. 2018.
- ROSA, M. A filiação e seus impasses: a adoção. **Curinga**/Escola Brasileira de Psicanálise - Minas Gerais, Belo Horizonte, n.15/16, abr., p.84-91. 2001.
- SÁ, F. B. R. de. **A relação mãe-bebê prematuro intermediada pelo método canguru vista à luz da teoria de winnicott**. 2011. Dissertação (Mestrado em Psicologia)- Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011. Disponível em: <http://www.ufjf.br/ppgpsicologia/files/2010/01/Fernanda-Buzzinari-Ribeiro-de-Sa.pdf> Acesso em: abr. 2019.
- SANTIAGO, A. L. B. A mulher, a mãe, sua criança e outras ficções. **Curinga**/Escola Brasileira de Psicanálise - Minas Gerais. Belo Horizonte, n.15/16, p.94-105, abr. 2001.
- SCAVONE, L. **Maternidade**: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface: Comunic, Saúde, Educ**, v.5, n.8, p.47-60, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/icse/v5n8/04.pdf>.> Acesso em: out. 2018.
- SILVA, M. A. R. da. **Mulheres em conflito com a função materna na interação conjunta de uma unidade pediátrica**: Vivenciando o altruísmo. 1999. Dissertação (Mestrado em Assistência de Enfermagem)- Universidade Federal de Santa Catarina, Cuiabá, 1999. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/30361948.pdf> Acesso em: abr. 2019.
- SILVA, M. R.; PICCININI, C. A. Paternidade no contexto da depressão pós-parto materna: revisando a literatura. **Estud. psicol. (Natal)**, Natal, v. 14, n. 1, p. 5-12, Abr. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/epsic/v14n1/a02v14n1.pdf> Acesso em: out. 2018.
- SOLER, C. **O que Lacan dizia das mulheres**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- SOUZA, B. M. S.; SOUZA, S. F. de; RODRIGUES, Dra. R. T. S. O puerpério e a mulher contemporânea: uma investigação sobre a vivência e os impactos da perda da autonomia. **Rev. SBPH**, v.16, n.1, Rio de Janeiro, Jan./Jun. 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rsbph/v16n1/v16n1a10.pdf> Acesso em: abr. 2019.
- SPÍNOLA, S. B. Psicanálise de criança: a presença dos pais. **Curinga**/Escola Brasileira de Psicanálise- Minas Gerais. Belo Horizonte, n.15/16, p.76-83, abr. 2001.

STELLIN, R. M. R. et al . Processos de construção de maternagem. Feminilidade e maternagem: recursos psíquicos para o exercício da maternagem em suas singularidades. **Estilos clin.**, São Paulo , v. 16, n. 1, p. 170-185, jun. 2011 . Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/estic/v16n1/a10v16n1.pdf>. Acesso em: abr. 2019.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos de maturação**: estudos sobre a teoria do desenvolvimento emocional. Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

WINNICOTT, D. W. **A preocupação materna primária**, 1956. In: Winnicott, D. W. Da pediatria à psicanálise: obras escolhidas. p. 399- 405. Tradução Davy Bogomoletz. Rio de Janeiro: Imago, 2000.

WINNICOTT, D. W. **Os bebês e suas mães**. Tradução Jefferson Luiz Camargo; revisão técnica Maria Helena Souza Patto. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

VIDIGAL, C. Só existe a psicanálise do filho. **Curinga**/Escola Brasileira de Psicanálise - Minas Gerais. Belo Horizonte, n.15/16, p.62-69, abr. 2001.

VIORST, J. **Perdas necessárias**. São Paulo: Melhoramentos, 1988.